

FONTE : Journal do Brasil

CLASS. : 58

DATA : 14 03 92

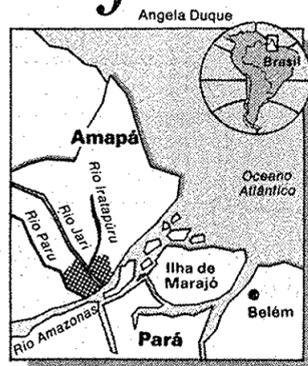
PG. : 9

Ibama transforma 25% do Jari em reserva extrativista

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — O governo brasileiro vai desapropriar 400 mil hectares de terras pertencentes ao Projeto Jari, o que representa 25% do total das terras do projeto encravado entre os estados do Pará e Amapá. O presidente da Companhia do Jari, empresário Eduardo Barreto, confirmou ontem que a decisão governamental será questionada judicialmente. A ação de desapropriação, segundo Barreto, foi requerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para garantir a regularização fundiária da reserva extrativista Rio Cajari, criada pelo Ibama no estado do Amapá. A área total do Projeto Jari é de 1,6 milhão de hectares. "Temos a titularidade sobre essas terras onde o Ibama criou a reserva Rio Cajari", afirma Eduardo Barreto.

O Projeto Jari, implantado na Amazônia na década de 70 pelo milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig, foi nacionalizado há 10 anos, quando o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, proprietário do grupo Caemi, liderou um pool de 22 empresas que, com auxílio financeiro do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assumiu o projeto. O projeto atualmente resume-se à Companhia Florestal Monte Dourado, que produz celulose. A outra empresa do Jari, a Caulim da Amazônia (Ca-



dam), foi adquirida integralmente no ano passado pelo empresário Augusto Azevedo Antunes.

A direção do Projeto Jari, que há mais de uma década trava uma batalha judicial com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para regularizar uma área superior a 1,6 milhão de hectares nos estados do Pará e Amapá, alega que a reserva extrativista Cajari tomou terras pertencentes ao Jari sem o pagamento de qualquer indenização. Na reserva extrativista do Rio Cajari o Ibama pretende implantar uma usina de beneficiamento de castanha-do-pará, a exemplo do que fez em Xapuri, no Acre.

A titularidade das terras do Projeto Jari, um latifúndio maior do que a Áustria, foi questionada durante muito anos pelo vice-almirante Roberto Gama e Silva, ex-presidente do Grupo Executivo de Terras do Baixo-Amazônia (Gebam) durante os governos militares. Nacionalista xenófobo, Gama e Silva foi durante muitos anos o maior inimigo do Projeto Jari, apontado pelo próprio Daniel Ludwig como um dos principais responsáveis pela decisão do milionário americano de vender o projeto a grupos privados nacionais.

O presidente do Ibama, o biólogo Eduardo Martins, confirma a ação desapropriatória para garantir a regularização fundiária da reserva extrativista do Rio Cajari, uma das quatro criadas durante o governo José Sarney. O Ibama firmou ao final do ano passado um convênio com o governo do Amapá para permitir a construção da estrada ligando Macapá ao Laranjal do Jari. Essa estrada corta a reserva extrativista do Rio Cajari e poderia provocar mais danos à floresta nativa da região e, ao mesmo tempo, permitir a invasão da área por trabalhadores rurais sem terra. No convênio, o governador do Amapá, comandante Annibal Barcellos, se compromete a construir escolas, postos de saúde e garantir o financiamento para a implantação de uma usina de beneficiamento de castanha-do-Pará para os povos tradicionais da região que já moram na área da reserva extrativista Rio Cajari.

Sonho de Chico Mendes será preservado

Sob forte pressão do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e organizações não-governamentais do Brasil e exterior, o governo brasileiro finalmente tomou uma decisão que impedirá que as quatro reservas extrativistas criadas na Amazônia ainda durante o governo Sarney percam a validade. O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, vai liberar mais de Cr\$ 600 milhões para as reservas através do recém-criado Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) — que terá autonomia e orçamento próprios e já elaborou um plano de ação emergencial para salvar as reservas extrativistas — o sonho defendido pelo ecologista e líder seringueiro Chico Mendes como alternativa de sobrevivência para os povos da floresta.

A primeira medida tomada pelo CNPT foi a liberação de Cr\$ 230 milhões para serem aplicados na reserva extrativista Chico Mendes e outros Cr\$ 90 milhões para a reserva Alto Rio Juruá, ambas no Acre. Martins anunciou ainda a liberação de Cr\$ 150 milhões para a reserva extrativista do rio Ouro Preto, em Rondônia, e Cr\$ 145 milhões para a reserva Cajari, no estado do Amapá. O plano emergencial aprovado pelo CNPT prevê a aplicação desses recursos em obras de infra-estrutura básica, com a construção de escolas, postos de saúde e estradas vicinais e a capacitação das populações que habitam nessas reservas.

Além das obras de infra-estrutura, o Ibama vai iniciar na Justiça os processos de desapropriação de terras pertencentes a terceiros que estejam dentro das reservas extrativistas. "O governo vai depositar na justiça recursos em valores proporcionais às indenizações dessas terras", afirmou a presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e coordenadora do Programa Nacional de Reservas Extrativistas, a antropóloga Mary Helena Alegretti. No caso da reserva Chico Mendes, o Ministério do Exército, através de convênio firmado com o Ibama, já vem realizando a regularização fundiária dos seus 960 mil hectares.

Com a criação do CNPT, as reservas extrativistas passarão a ser prioritárias para a Secretaria do Meio Ambiente da



O governo reforçará a infra-estrutura dos seringueiros

Presidência da República. O Ibama pretende liberar recursos para capital de giro da usina de beneficiamento de castanha de Xapuri, que vem sendo gerida por uma cooperativa de trabalhadores rurais e financiar a construção de uma usina de beneficiamento também na reserva Cajari, no Amapá.

"O Ibama também pretende redefinir uma política para a borracha e investir em novas tecnologias em benefício dos

povos tradicionais", acredita Mary Alegretti, mostrando que o Conselho Nacional de Seringueiros pretende arrendar uma usina para o processamento de borracha, garantindo assim o funcionamento dos seringais nativos da Amazônia. "Com o CNPT, o Ibama procura consolidar o poder econômico e político dos povos tradicionais, um avanço muito importante", concluiu Mary Alegretti. (R.B.)

Arquivo, 2/12/91